

se observa para com os Mamposteiros dos Captivos, se pratique com os Thesoureiros Menores da Bulla da Cruzada: o que se participa ao Superintendente das Caudelarias do Termo d'esta Cidade, para assim o observar. Alcantara doze de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e nove. — Com quatro Rubricas dos Deputados da Junta dos Tres Estados.

Na Collec do Mons. Gordo.



Tendo-Me representado os Homens de negocio da Nação Britanica, residentes na Cidade do Porto, os inconvenientes, que se seguem de se haver interpretado em prejuizo do Commercio a Resolução de 4 de Dezembro de 1728, em que ElRei Meu Senhor, e Pai, que Santa Gloria haja, determinou, que as avaliações dos Vinhos para o pagamento dos Direitos se regulassem pelos sitios, e qualidades dos mesmos Vinhos; tomando-se aquella disposição no sentido, de que os referidos Vinhos não só paguem Direitos do seu primeiro custo, segundo a natureza dos sitios, que os produzem, e as qualidades do genero, mas accumulando-se sobre este valor certo as despesas das pipas, e das conduções, e transportes: E attendendo ás informações, que verificarão a dita representação, e ao favor de que se faz digno hum Commercio, de que resultaria beneficio commum: Hei por bem abolir as avaliações, que até agora se fizeram do sobredito genero: E Sou servido ordenar, que os Direitos do que for navegado para os Paizes estrangeiros, se regulem somente pelo primeiro preço, que os Vinhos custarem nas adegas onde forem comprados, sem mais accrescentamento algum qualquer que elle seja: e que no caso, em que haja duvida a respeito dos primeiros preços, que forem declarados pelos particulares, se esteja pelos que manifestar a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a qual fará apresentar annualmente pelos seus Administradores ao Juiz da Alfandega para instrucção do Contractador, e Thesoureiro do Consulado, huma relação authentica dos preços a que houver comprado os Vinhos nos differentes sitios, que os produzem, e segundo as diversas qualidades delles, que se achão expressas na Instituição da mesma Companhia, para que assim fiquem claros, e uniformes os Direitos dos Vinhos de cada hum dos sobreditos sitios, e de cada huma das referidas qualidades, sem mais haver arbitrio, de que se possam seguir duvidas sobre esta materia. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios, não obstantes quaesquer Regimentos, Disposições, ou Ordens em contrario. Nossa Senhora da Ajuda a 15 de Dezembro de 1759. — Com a Rubrica de Sua Magestade.

Na Collec. do Des. Gamboa.



Em Consulta do Director Geral dos Estudos de 13 de Dezembro de 1759
Xxxx 2

sobre a criação de dous Professores de Latim para a Cidade do Porto: Foi Sua Magestade servido resolver o seguinte — Como parece, vencendo estes Professores, os mesmos ordenados que tenho estabelecido, para os de Latinidade na Cidade de Coimbra. Nossa Senhora de Ajuda em 15 de Dezembro de 1769 — Com a Rubrica de Sua Magestade.

*No Tomo 16.º da Collec. do Cons.
Trigoso.*



ELREI Nosso Senhor manda entregar os terrenos das ruas, que antes se chamavão Rua Nova dos Ferros, Calcetaria, e dos Odreiros, as quaes todas se achão actualmente incluídas em o lado Setentrional das ruas denominadas Nova de ElRei, que discorre desde o lado onde foi Igreja Patriarchal até encontrar a rua chamada dos Ourives da prata, e na Rua Aurea, que discorre do lado do Sul da Praça do Commercio até ao Rocio da parte do Convento do Carmo, com a porção da Rua Augusta, que ainda se acha por adjudicar, para que os interessados nos mesmos terrenos possam dar principio á reedificação das Propriedades, que nelles perderão, conformando-se com as disposições da Lei de 12 de Maio de 1758, Instrucções, e Decreto de 12 de Junho do mesmo anno, e com as mais ordens emanadas da Paternal, e Inexaurível Providencia do mesmo Senhor, em beneficio commum dos seus Vassallos; adjudicando-se a cada huma das pessoas, que tinham casas nas referidas ruas, as mesmas porções de terreno, que antes tinham em frentes, e em fundos, e pela mesma ordem dos lugares, em que as mesmas Propriedades estavam situadas no dia 1.º de Novembro de 1755. O que se annuncia pelo presente Edital, ao fim de que todos, e cada hum dos interessados possam comparecer por si, ou por seus Procuradores nas casas da morada do Desembargador Innocencio Alvares da Silva, pelo que pertence ao Bairro da Rua Nova, e do Desembargador Manoel José da Gama e Oliveira, pelo que pertence ao Bairro do Rocio, para lhes determinarem os dias, e horas em que hão de ir fazer as referidas adjudicações, e dar-lhes no acto dellas posse, e faculdade para edificarem com assistencia dos Officiaes encarregados desta diligencia, e das avaliações a ella pertencentes: aos que se acharem na Cidade de Lisboa, e seu Termo, se assigna o espaço de dez dias, e de trinta aos que se acharão fora do referido Termo, debaixo da pena de se proceder á revelia, findos os sobre-ditos dias, contados continua, e successivamente do da publicação deste na forma da referida Lei em utilidade publica da reedificação da Capital do Reino. Lisboa 20 de Dezembro de 1759. — Como Regedor, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira.

Na Collec. do Des. Gamboa.



Atendendo ao grande prejuizo, que se seguiria aos Professores Regios